



MARIALVA

Com audiência pública marcada para o dia 27, LDO começa a tramitar na Câmara

24 de abril de 2018

Data	Fonte	Crédito da Imagem
24 de abril de 2018	Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Marialva	



MARIALVA

Data	Fonte	Crédito da Imagem
------	-------	-------------------

Está em tramitação na Câmara Municipal de Marialva o Projeto de Lei 23/2018, de autoria do Executivo, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019. A prefeitura realizará audiência pública nesta sexta-feira (27), às 15h, no plenário da Câmara Municipal de Marialva, para tratar sobre o tema.

No encontro, serão apresentadas as perspectivas de arrecadação do município, bem como os gastos e investimentos programados, apontando prioridades e metas da administração municipal durante o próximo ano.

A proposta foi protocolada na Casa no dia 16 de abril. Os vereadores terão até a sessão do dia 16 de julho para apresentar emendas, que devem ser compatíveis com o Plano Plurianual (PPA), que foi elaborado e aprovado no ano passado.

Entenda a LDO:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um documento que estabelece os parâmetros para a elaboração do orçamento do município para o exercício financeiro subsequente. A LDO é encaminhada pelo Executivo, votada e aprovada pela Câmara durante o primeiro semestre de cada ano.

Assim como a família planeja o orçamento doméstico, a Administração Pública deve organizar suas despesas para gerir com eficiência o dinheiro arrecadado através dos impostos e taxas municipais. A LDO é um esboço e serve como base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) – esta, sim, determina com precisão para onde vai cada centavo dos cofres públicos: gastos com obras, manutenção, pagamento de salário dos servidores, investimentos, etc. Cada ação que preveja gasto de recursos públicos deve estar discriminada na LOA, com a devida dotação financeira. Este outro documento deve ser votado e aprovado pela Câmara até o final de cada ano.

Qual a participação do Legislativo na elaboração do orçamento?

O projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) é enviado pelo Prefeito à Câmara Municipal. É durante a tramitação na Casa que os vereadores têm a oportunidade de, em nome dos cidadãos, aperfeiçoar a proposta feita pelo Poder Executivo. Todos vereadores têm direito de participar do Orçamento.

Eles identificam as localidades onde desejam ver executados os projetos e serviços e inserem novas programações com o objetivo de atender às demandas das comunidades que representam. Essas alterações são processadas por meio de emendas parlamentares. Porém, estas emendas são de execução discricionária. Mesmo depois de aprovadas, o Executivo tem o poder de deliberar ou não sobre elas.

Uma vez aprovado, o orçamento pode ser alterado?

É normal que algumas vezes seja necessário “sair” um pouco do orçamento. Isso acontece na sua casa: você planeja seus gastos, e, de repente, por exemplo, o motor da geladeira queima. Diante disso, é necessário levantar dinheiro para realizar o reparo.

No governo também é assim. Se durante o exercício financeiro houver necessidade de realização de despesas acima do limite previsto na LOA, o Poder Executivo deve submeter ao Legislativo um projeto de lei de crédito adicional, que representa um novo pedido de autorização de gasto.